

1 - JUSTIFICATIVA

O Programa de Ação Participativa para a Pesca (PAPP) é resultado de um processo de gestão de demandas do licenciamento ambiental, na qual a CGPEG/DILIC/BAMA, após a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), identificou a necessidade de estabelecimento de estratégias de ação de compensação para as comunidades pesqueiras afetadas pelas atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural referente ao Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo.

Sendo este empreendimento semelhante ao Projeto Manati, em desenvolvimento pela Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bahia (UN-BA) e tendo como lições aprendidas as experiências advindas com a implementação de Projetos de Desenvolvimento Socioambiental junto às comunidades pesqueiras da Área de Influência Direta daquele empreendimento, a Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Santos (UN-BS) está propondo um Projeto de Desenvolvimento Socioambiental similar ao apresentado pela UN-BA, tendo como público-alvo as comunidades pesqueiras artesanais do litoral norte do estado de São Paulo. Esta incorporação das experiências exitosas ao Projeto da UN-BS está em consonância com os Pareceres Técnicos emitidos pela CGPEG/DILIC/IBAMA N° 432/07, N°151/08 e N° 169/08 e com os resultados do Relatório do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira, relativos à Atividade de Produção e Escoamento de Gás e Condensado no Campo de Mexilhão na Bacia de Santos.

Este Programa pretende assumir que a questão da sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões deve ser resolvida a partir de uma ação educativa permanente, o Programa de Ação Participativa para a Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com as Comunidades Pesqueiras da Área de Influência Direta - AID do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo apoiado nas informações que serão levantadas pelos Projetos de Comunicação Social e Monitoramento do Desembarque Pesqueiro e o Levantamento do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira, estes deverão promover uma prática transformadora que vincule as comunidades com soluções que resultem em

menos impactos ambientais e em maior qualidade de vida para elas. Dessa forma, a Petrobras, conduzirá através da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Santos o processo de construção e disseminação de conhecimentos que possam despertar nos participantes do Programa “*o sujeito que existe dentro de cada um e a capacidade de provocar mudanças na realidade*” (NASCIMENTO, 2006).

O processo de mudança aqui proposto aponta para a construção de aprendizagens capaz de gerar um contexto de oportunidades onde as pessoas sejam vistas como sujeitos ativos, ou seja, tanto o principal fim, quanto o principal meio do desenvolvimento, vez que o desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas.

Com isso, busca-se que o desenvolvimento deste Programa inicialmente proposto para atender a construção do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira do litoral norte do estado de São Paulo, possa a partir do aprendizado vivenciado pela implementação deste Programa, reunir bases sólidas para a construção do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Santos (PEA-BS).

Este Programa de Ação Participativa para Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades Pesqueiras da Área de Influência Direta do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo, apresenta-se não somente como uma forma de passagem de informações - como ocorre geralmente em processos formativos tradicionais - mas na construção de caminhos que possam provocar mudanças de comportamentos e atitudes em relação aos problemas sociais e ambientais.

A contribuição concreta desta proposta se reflete no sentido de preparar as comunidades para descobrir as potencialidades locais com vistas ao seu desenvolvimento sob uma perspectiva de sustentabilidade. Este Programa se justifica pelo atendimento às recomendações da CGPEG/DILIC/IBAMA constantes do Parecer Técnico N° 151/08, que apresenta a análise das complementações ao EIA em resposta ao PT CGPEG/DILIC/IBAMA N° 432/07 de 21.12.2007.

2 - OBJETIVOS

2.1 - Geral

Este Projeto visa compensar as comunidades pesqueiras artesanais pela interferência causada durante a Fase de Instalação do Sistema de Produção e Escoamento de Gás e Condensado do Campo de Mexilhão-Trecho Marítimo e construir um processo de aprendizagem capaz de provocar autonomia de sujeitos, onde as pessoas envolvidas possam ter condições de desempenhar o seu papel de cidadão, *vez que a participação cidadã, quando exercida, pode contribuir para o manejo de todos os recursos de maneira que os direitos sociais, econômicos e políticos possam ser alcançados enquanto são mantidos os processos ecológicos, a integridade cultural, a biodiversidade e os sistemas que suportam a vida.* (SACHS, 1995 *apud* NASCIMENTO, 2001).

2.2 - Específicos

Tendo como referência a relação meio-fim, os objetivos específicos, a princípio identificados como capazes de gerar um contexto favorável à construção de uma Comunidade de Aprendizagem, são:

- ★ Sensibilizar e mobilizar as comunidades para participar do processo de construção coletiva das Etapas Metodológicas do PAPP por meio do enfoque participativo (Participação Cidadã).
- ★ Identificar o perfil e expectativas das comunidades envolvidas no Programa.
- ★ Levantar junto com as comunidades: aspectos culturais, sociais e ambientais, bem como as forças que se combinam no processo de transformação da realidade local.
- ★ Levantar junto com as comunidades o papel das instituições, grupos e movimentos presentes nas Localidades.
- ★ Identificar as principais potencialidades e problemas de cada comunidade por meio de processos participativos.

- ★ Identificar e implementar as ações oriundas de demandas das comunidades e que estejam em consonância com as diretrizes do IBAMA, na primeira etapa do projeto.
- ★ Construir com as comunidades conhecimentos, metodologias e instrumentos de elaboração e gestão do ciclo de projetos focados na pesca sustentável.
- ★ Construir com as comunidades projetos de Desenvolvimento Social e de base comunitária.
- ★ Incentivar a formação de grupos gestores nas comunidades.
- ★ Provocar nas comunidades a reflexão sobre os desafios da implementação de projetos de base comunitária e sustentável.
- ★ Gerar novos conhecimentos a partir da articulação entre saber técnico e o saber comunitário.

3 - METAS

Constituem-se nas metas deste projeto:

- ★ Constituir grupo gestor a partir dos processos de Mobilização Social;
- ★ Construir visão da realidade local por meio de processos de Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE);
- ★ Formular propostas de intervenção a partir da realidade local diagnosticada nos processos de DRPE;
- ★ Realizar processos de capacitação a partir das necessidades de aprendizados diagnosticadas nos processos de DRPE;
- ★ Identificar Projetos ambientais na Região que possam agregar/articular/convergir esforços com as propostas de intervenção construídas com as comunidades.
- ★ Implementar as ações demandadas pelas comunidades.
- ★ Gerar aprendizados a partir do processo de Avaliação Formativa e Somativa da experiência.

4 - INDICADORES DE IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS

Os indicadores para alcance das metas estão estritamente associados aos objetivos formulados e a resultados planejados, como indicado no quadro a seguir:

OBJETIVO	INDICADOR	RESULTADO
<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar e mobilizar as comunidades para participar do processo de construção coletiva das Etapas Metodológicas do PAPP por meio do enfoque participativo (Participação Cidadã). - Formar grupos gestores nas comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de participantes das reuniões e oficinas executadas ao longo do Projeto. - Perfil das lideranças comunitárias locais participantes das reuniões e oficinas - Diversidade institucional presente nas reuniões e oficinas. - Participação da comunidade na construção dos processos metodológicos do Projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo Gestor Local Constituído.
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o perfil e expectativas das comunidades envolvidas no Programa. - Identificar as principais potencialidades e problemas de cada comunidade por meio de processos participativos. - Levantar junto com as comunidades: aspectos culturais, sociais e ambientais, bem como as forças que se combinam no processo de transformação da realidade local. - Levantar junto com as comunidades o papel das instituições, grupos e movimentos presentes nas Localidades. - Identificar e implementar as ações oriundas de demandas das comunidades e que estejam em consonância com as diretrizes do IBAMA, na primeira etapa do projeto. - Identificar iniciativas de Educação Ambiental na Região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas de DRPE realizadas. - Diagramas, Mapas e Matrizes construídos pela comunidade. - Iniciativas de Educação Ambiental mapeadas. - Perguntas Orientadoras utilizadas nas oficinas de descoberta da realidade local. - Mapeamento das instituições, grupos e movimentos mais importantes das Localidades. - Número de ações implementadas durante a Fase de Instalação. - Diagnósticos realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Visão da Realidade Local Construída.
<ul style="list-style-type: none"> - Construir com as comunidades conhecimentos, metodologias e instrumentos de elaboração e gestão do ciclo de projetos focados na pesca sustentável. - Construir com as comunidades projetos de Desenvolvimento Social e de base comunitária focados na pesca sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas de capacitação realizadas. - Método de Planejamento Comunitário realizado (elaboração da agenda de prioridades, construção do conhecimento em gestão de projetos sócio-comunitários e a construção de projetos pela comunidade). 	<ul style="list-style-type: none"> - Processos de Capacitação Realizados. - Propostas de Intervenção Formuladas.
<ul style="list-style-type: none"> - Provocar nas comunidades a reflexão sobre os desafios da implementação de projetos de base comunitária relacionados à pesca sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos disponibilizados para os projetos selecionados. - Assessoria técnica prestada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Propostas de intervenção financiadas e acompanhadas.

- Gerar novos conhecimentos a partir da articulação entre saber técnico e o saber comunitário.	- Avaliação de aprendizagem realizada.	- Aprendizados Gerados.
--	--	-------------------------

5 - PÚBLICO-ALVO

O público-alvo em questão obedecerá aos princípios utilizados em trabalho participativo, ou seja, serão contemplados os diversos atores sociais representativos da comunidade. Isto se justifica também pelo fato das metodologias que trabalham a participação qualificada impedem o trabalho em grandes grupos, como por exemplo, as grandes assembleias. Vale ressaltar que o conceito de liderança e organização não remeterá apenas para a idéia de legalidade e sim legitimidade. Espera-se que o processo de aprendizado aqui proposto seja emancipador, capaz de formar novas lideranças e/ou fortalecer as legítimas e não somente as legais.

As comunidades que participarão das oficinas do DRP já foram identificadas a partir da implementação do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira e tem-se como pressuposto que a etapa de mobilização possa indicar os atores que participarão das oficinas de DRP, sempre respeitando as questões de gênero, idade, etnia, classe social, grau de formação, etc. Serão também envolvidas instituições como Poder Público Local, IBAMA e Organizações Públicas e da Sociedade Civil, que desenvolve Projetos e Programas que possam convergir com esta proposta de intervenção.

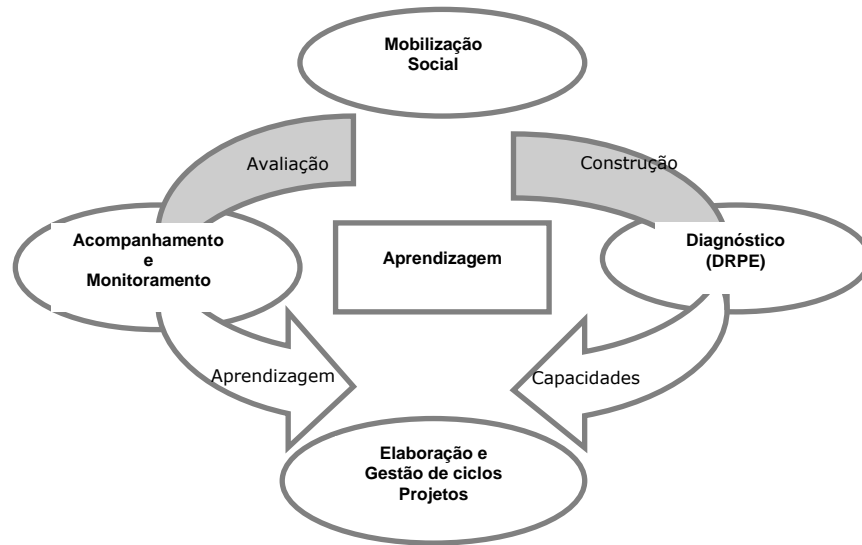
6 - METODOLOGIA

A metodologia proposta está levando em consideração o resultado oriundo do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira Artesanal, implementado antes da fase de instalação do empreendimento, justamente para identificar quais comunidades seriam potencialmente afetadas pelo lançamento do gasoduto marítimo do Projeto Mexilhão-Trecho marítimo, na isóbata inferior a 50m (água rasa).

Este levantamento mostrou um primeiro cenário sobre a realidade das comunidades pesqueiras do litoral norte do estado de São Paulo (São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba), na qual identificaram-se comunidades isoladas e algumas com um número inferior a cinco pescadores residentes.

O processo metodológico deste Programa está estruturado em atender à realidade já identificada e se propõe a implementar um Plano de Compensação por meio de projetos para essas comunidades na fase de instalação e *a reflexão do processo de aprendizagem na compreensão e busca de superação das causas estruturais dos problemas ambientais por meio da ação coletiva e organizada, pautando-se numa postura dialógica, problematizadora e comprometida com as transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório* (QUINTAS, 2002).

As etapas integradas e complementares serão: mobilização social, diagnóstico, elaboração e gestão do ciclo de projetos, construção de capacidades, acompanhamento e avaliação de aprendizagem.



Todas as etapas do processo metodológico serão conduzidas por meio de técnicas, instrumentos ou métodos participativos. Contudo, vale ressaltar que as metodologias participativas não têm um fim *per se*. Todo instrumental participativo só tem valor se aplicado com seriedade para reforçar processos de mudança e processos de desenvolvimento. O instrumental fornece a base e pode ajudar a estruturar processos de discussão, análise, conflito construtivo e articulações, ou seja, o diálogo, tanto entre pessoas como entre organizações que queiram desenvolver ações conjuntas com objetividade e transparência. (CORDIOLI, 2001)

Assim, têm-se como princípios básicos deste trabalho:

- ★ Buscar soluções conjuntamente de forma aberta e transparente;
- ★ Respeitar as idéias, suplantando as hierarquias;
- ★ Cada participante fala na sua vez e tenta ser breve e objetivo;
- ★ Todos são responsáveis pelo êxito do grupo;
- ★ As conclusões, propostas e decisões representam um consenso;
- ★ Registro permanente das decisões;
- ★ Condução dos trabalhos por moderador externo.

Os trabalhos serão desenvolvidos por especialistas em metodologias participativas, auxiliado por especialistas temáticos (pesca e recursos pesqueiros; meio ambiente; legislação ambiental; sociologia das organizações; etc.), que

utilizarão como estratégia técnicas de visualização, com perguntas abertas e com uma linguagem simples e clara. Assim espera-se que seja possível:

- ★ Recolher as percepções dos atores sociais, sem idéias preconcebidas e nem hipóteses a comprovar: as categorias e conceitos analíticos são construídos a partir dos discursos e não estão *a priori* dos mesmos;
- ★ Compreender e explicar os comportamentos sociais, cercando sua problemática, suas causas e efeitos;
- ★ Favorecer a implicação dos atores, acordando-lhe a palavra e reconhecendo que cada pessoa é o “*expert*” de sua própria história.

As premissas que nortearão todas as etapas do processo metodológico, sobretudo a elaboração e gestão do Ciclo de Projetos, serão formuladas a partir das informações levantadas nos relatos e conclusões dos estudos desenvolvidos pelos Projetos de: Comunicação Social e Monitoramento do Desembarque Pesqueiro.

Estratégia de Interação com o Projeto de Monitoramento Pesqueiro

Considerando o Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro (PMDP) como subsídio importante na problematização e definição do contexto econômico da pesca artesanal na área de influência do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo, as seguintes ações, desenvolvidas nas diversas etapas de implantação do PAPP, pontuam a estratégia de interação com este projeto:

- ★ participação dos monitores pesqueiros na divulgação e convocação dos eventos e encontros locais para capacitação metodológica e para as oficinas/reuniões/encontros de construção dos projetos do PAPP;
- ★ utilização dos dados, das análises específicas e dos conhecimentos gerados no PMDP para subsidiar a construção dos projetos do PAPP;
- ★ as reuniões devolutivas dos resultados do monitoramento serão integradas às oficinas/reuniões/encontros do PAPP com as comunidades que fazem parte deste Programa (integração dos cronogramas). As

devolutivas deverão ajustar-se a uma linguagem que favoreça a compreensão e a aprendizagem dos resultados e do conhecimento gerado pelo projeto de monitoramento, utilizando a abordagem metodológica e as técnicas de mediação adotadas pelo PAPP, de forma a permitir a apropriação real deste conhecimento pelos comunitários, em particular, os pescadores.

a) *Etapa I: Mobilização Social*

Esta etapa consiste em um movimento capaz de provocar a identificação e/ou constituição de grupos de trabalhos locais legítimos que possam representar as comunidades, uma instância local que reúna as principais lideranças dos setores da pesca de forma representativa, legítima, plural, democrática e participativa.

Estes agentes locais serão os principais protagonistas do processo de aprendizagem do Programa e terão a incumbência de, em articulação com toda a comunidade elaborar o Diagnóstico, os Projetos e definir as principais linhas de construção de capacidades necessárias para a sustentabilidade das ações.

Com base nos conhecimentos adquiridos, através do EIA, do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira, o processo de construção irá realizar-se a partir do primeiro contato com as lideranças locais e a comunidade para a devolução das informações obtidas durante o Projeto de Caracterização. Este evento também terá como objetivo a apresentação das atividades da Petrobras na Região, bem como a exposição do processo Metodológico do PAPP.

A partir da reunião ampliada com as “lideranças locais” e a comunidade, adota-se como estratégia de Mobilização Social um processo de Diálogo Comunitário com as bases da comunidade, pessoas ligadas à problemática (Pesca), independentemente do *status* que estes ocupam na localidade, para identificar líderes legítimos (pessoas, grupos e Instituições) representativas do local.

Estes Diálogos têm como abordagem as seguintes questões:

- ★ Apresentação e discussão do PAPP;
- ★ Nivelamento conceitual das etapas do PAPP (Mobilização, Diagnóstico, Construção de Projetos, Construção de Capacidades e Avaliação);

- ★ Levantamento de Expectativas da Comunidade;
- ★ Construção de uma agenda preliminar de trabalho;
- ★ Discussão sobre a formação de um Grupo de Trabalho Local (Articuladores Locais e Grupo Gestor Local).

Após a mobilização inicial é realizada a capacitação de articuladores locais, indicados pela comunidade, em Metodologias Participativas.

Cabe mencionar que para a realidade do litoral norte do estado de São Paulo têm-se algumas comunidades que estão isoladas em ilhas e praias de difícil acesso, tendo em algumas localidades um número baixo de pescador morador. Com isso, as etapas de mobilização previstas para esses atores sociais deverão ser realizadas através do deslocamento da equipe executora até as localidades e através de encontros e reuniões, sem o aparato de uma oficina, mas buscando o aprofundamento do conhecimento das realidades já vivenciadas e diagnosticadas no Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira.

b) Etapa II: Diagnostico Rápido Participativo Emancipador - DRPE

O DRPE é um método que já foi testado e aplicado em diversos grupamentos sociais. Neste, busca-se diagnosticar a realidade de forma essencialmente qualitativa, fundando-se na crítica coletiva junto a uma mudança cultural, no sentido de levar a uma autonomia na gestão dos problemas da comunidade.

O DRPE é baseado nos chamados “Diagnósticos Rápidos Participativos” (DRPs), um método composto de instrumentos que viabilizam a participação do público, a flexibilidade na coleta de informações e a mútua aprendizagem. No DRPE, busca-se a produção de resultados rápidos, a participação de todos os atores e a conjugação de técnicas qualitativas de pesquisa e dinâmica de grupo, observando os aspectos da transdisciplinaridade, a triangulação na coleta de informações e a análise de conteúdo.

Este método de análise de comunidades aponta também para a idéia de um planejamento descentralizado e de um processo democrático de tomada de decisões que valorize a diversidade social, a participação popular e o reforço do poder da comunidade. (CHAMBERS, 1995).

Agregado a tudo isso está a chamada “Pedagogia Emancipadora” de Paulo Freire, pois *é ela que dá base ao aspecto emancipador com a compreensão da realidade cultural e conscientização da comunidade envolvida no processo, provocando um processo de reflexão e ação sobre o universo cultural local, modificando-o, e dando assim início efetivo ao processo de conscientização entre aqueles atores sociais envolvidos.* (PEREIRA, LITTLE & Elliott, 2000)

É dentro de um movimento articulado dos princípios do DRP e da Pedagogia Emancipadora, que se espera identificar as melhores propostas de processos de desenvolvimento com as comunidades envolvidas no Programa de Ação Participativa para a Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades Pesqueiras da Área de Influência do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo e despertar nas comunidades a capacidade de transformarem sua realidade, participando ativamente do processo de construção do seu futuro.

Cabe mencionar, que quando se trabalha em grupos de forma participativa a dinâmica auto modificadora que se estabelece durante o percurso torna inócua qualquer discussão sobre a “melhor” metodologia. Para cada grupo, para cada situação específica, para cada contexto institucional é necessário ajustar e adaptar o instrumental disponível. As diversas técnicas, instrumentos ou métodos participativos não têm um fim em si mesmo. As metodologias fornecem uma base e podem ajudar a estruturar processos de discussão, análise, conflitos construtivos e articulações, ou seja, o diálogo, tanto entre pessoas quanto entre organizações que queiram desenvolver ações conjuntas com objetividade e transparência. Assim, as descrições técnicas de DRPE seriam referencialmente ilustrativas. O contexto institucional a ser trabalhado é que irá definir o seu uso e adaptação, principalmente no que tange às comunidades pesqueiras isoladas participantes deste projeto.

Para as comunidades pesqueiras isoladas e aquelas com número baixo de pescadores, sugere-se um processo mais simplificado, porém, sem perder de vista as ferramentas metodológicas do DRPE. Assim, o diálogo semi-estruturado juntamente com outras ferramentas, tais como: diagramas, matrizes de priorização e ordenamento, caminhadas transversais, linhas históricas entre outras, poderão ser utilizadas na discussão do Programa junto a estes atores sociais.

Os trabalhos serão desenvolvidos por especialistas em metodologias participativas, auxiliados por especialistas temáticos (pesca; recursos pesqueiros; meio ambiente; legislação ambiental; sociologia das organizações; etc.), que utilizarão como estratégia Técnicas de Visualização Móvel e Moderação, com perguntas abertas e com a adoção de linguagem simples e clara.

Os Projetos de Comunicação Social e Monitoramento do Desembarque Pesqueiro fornecerão subsídios importantes para a contextualização socioeconômica das comunidades pesqueiras tradicionais na área de influência do Projeto Mexilhão-Trecho marítimo.

- *Técnicas de Visualização Móvel*

Segundo Brose (1992) e Cordioli (2001), entende-se por técnicas de visualização o conjunto de procedimentos utilizados para registrar visualmente e de forma contínua os resultados dos debates de um grupo. Isto pode ser feito através de desenhos no chão, grafite em parede, lousa, cartazes, flip chart, flanelógrafo, etc.

A técnica que se apresenta com maior penetração no enfoque participativo é chamada de visualização móvel, e baseia-se no uso de fichas coloridas, cortadas de cartolina, que são afixadas em biombos com o uso de alfinetes e permite grande flexibilidade na sua utilização. A grande variedade de formas e cores na confecção das fichas constitui um amplo potencial na estruturação dos grandes quadros nos quais com formas e cores são estruturadas as idéias e opiniões do grupo.

Tendo um trabalho de grupo - seja de duas horas ou de cinco dias - sido registrado visualmente, este registro pode facilmente ser transformado em uma documentação que possibilita a comunicação com outros atores e a continuidade do processo a partir daquele ponto.

- *Técnicas de Moderação*

O conceito de Técnicas de Moderação engloba os procedimentos adotados por uma pessoa que assessora um grupo na estruturação de forma participativa de seus trabalhos. Esta pessoa pode ser chamada de facilitador(a), ou

assessor(a), coordenador(a), condutor(a), moderador(a) ou outro termo semelhante.

Na maioria dos casos o trabalho de moderação se refere à organização e condução de reuniões, mas pode-se tratar também de eventos de planejamento, ou mesmo da condução de processos participativos.

As técnicas básicas de moderação podem ser aprendidas em cursos, mas a moderação de um grupo pressupõe não apenas o domínio técnico, mas também a flexibilidade e a habilidade na condução dos processos grupais que precisam ser adquiridos com a prática.

c) Etapa III: Elaboração e Gestão do Ciclo de Projetos

Em relação ao método a ser usado como referência básica para construção dos projetos das comunidades, sugere-se o ZOPP - Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos. Existe uma diversidade de metodologias participativas que permitem às pessoas discutirem seus problemas e definirem suas atividades de forma coerente e organizada. Por exemplo: Método Altadir de Planificación Popular (MAPP), o Processo Criativo de Soluções de Problemas (PCSP), a Metodologia GESPAR - Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial, o PES – Planejamento Estratégico Situacional etc.

A opção aqui é pelo ZOPP - Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos porque sintetiza os principais passos necessários à consecução do Projeto e é de fácil compreensão para os que não estão acostumados com métodos tradicionais de construção de projetos, como é caso de grande parte dos comunitários.

O ZOPP permite transformar um agrupamento de idéias e opiniões em uma estratégia consensual para a ação conjunta por meio de uma seqüência lógica de etapas de análise e de elaboração de projeto. Os problemas sociais são traduzidos de diferentes modos pelos vários atores. Por isso, na primeira etapa do ZOPP o grupo analisa os envolvidos na situação com o mapeamento de pessoas, grupos e organizações relacionados aos problemas e identificam seus interesses, conflitos e coalizões em potencial.

Em seguida, realiza-se a análise do problema e suas inter-relações de causa e efeito, chegando-se a um diagnóstico grupal de consenso. Com o diagnóstico, o

grupo procede à análise dos objetivos, definindo a situação futura desejada onde estarão solucionados ou amenizados os problemas ou viabilizadas as potencialidades identificadas. O conhecimento gerado pelos estudos desenvolvidos pelos projetos de Comunicação Social e Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro da Região e pelo Diagnóstico da Comunidade Pesqueira apoiarão esta análise.

O próximo passo é identificar os meios, analisando e detalhando as alternativas existentes até que se escolha uma que será traduzida na estratégia a ser adotada. Definidas as linhas básicas da estratégia a ser implementada, o grupo inicia a etapa de planejamento e detalhando as ações no âmbito do projeto. O grupo define os objetivos a serem atingidos, as atividades, os fatores externos a serem considerados e os indicadores para aferição do alcance dos objetivos. Em seguida se faz o Plano Operacional, a Estrutura Organizacional e o Plano de Monitoramento e Avaliação.

Nos processos de construção de capacidades, o método ZOPP será apresentado por meio da realização de oficinas de trabalho baseadas na realidade de cada comunidade. Lembrando que para as comunidades isoladas e de baixo número de pescadores moradores na localidade poderá ser apresentado por meio de reuniões/encontros, não o método ZOPP, mas uma matriz de priorização e ordenamento, que poderá ser a referência básica na construção do planejamento das ações dos projetos socioambientais.

Espera-se como produto desta etapa que os participantes elaborem projetos de desenvolvimento social e produtivo de base territorial de forma convergente e participativa, que saibam aplicar os conhecimentos e técnicas aprendidas e, com isso, possam lograr êxito em suas iniciativas de promover o desenvolvimento da pesca sustentável em suas comunidades.

Nesta etapa serão identificados os facilitadores locais para interlocução e negociação entre empresa e comunidade, assim como as instituições e pessoas locais com perfil de transferir conhecimento. Essas pessoas e instituições serão envolvidas na implantação dos projetos e trabalhadas durante a etapa de construção de capacidades (Etapa IV). O processo de capacitação e a previsão das formas de atuação dessas pessoas só poderão ser detalhados após a definição da natureza dos projetos.

Cabe mencionar que em relação a esta etapa, no que tange ao detalhamento do Projeto, este ocorrerá no momento posterior à seleção das ações a serem priorizadas e apenas para aquelas que foram definidas pelas comunidades. Em resumo, o produto a ser delineado na primeira fase, além do diagnóstico, grupo gestor e capacidades adquiridas, um conjunto de ações de intervenção, de curto, médio e longo prazo, onde apenas aquelas que serão implementadas no primeiro ciclo de dois anos, serão estruturadas como projeto.

d) Etapa IV: Construção de Capacidades

Esta etapa dispõe também de um caráter formativo e será subdividida em módulos temáticos com áreas do conhecimento definidas a partir das informações levantadas nas etapas anteriores (diagnóstico e elaboração e gestão do ciclo de projetos). A proposta é construir um processo formativo que possa ajudar as comunidades a implementar os projetos elaborados na etapa anterior.

A didática deste processo tem como principal foco a vivência prática dos participantes, devendo a experiência ser apresentada e avaliada, configurando um processo de reflexão e ação transformadora, utilizando-se os conhecimentos e habilidades como instrumentos para análise e mudança de posturas.

Serão utilizadas técnicas pedagógicas adequadas a cada público-alvo, com particular atenção para a questão da linguagem e da comunicação. Aulas expositivas devem ter sempre um espaço para o debate. Também devem ser utilizados trabalhos dirigidos em grupos, visitas técnicas, estudos de casos, jogos de simulação e análise de experiências relevantes para o tema em questão. Esta etapa será definida de acordo com a demanda das partes interessadas e pertinência das necessidades.

e) Etapa V: Acompanhamento dos Projetos Formulados

A quinta etapa dar-se-á por meio da assessoria, que vai desde a assistência técnica no processo de implementação prática dos projetos elaborados até a captação de recursos adicionais. A idéia é articular as demandas dos projetos formulados, fruto da iniciativa do Programa, com um conjunto de iniciativas

(programas e projetos) do setor público, privado e do terceiro setor, incluído as experiências corporativas já em curso na Petrobras, bem como com as políticas públicas focalizadas na temática do desenvolvimento sustentável. Em fim, esta etapa prevê um conjunto de atividades que serão definidas a partir da complexidade de cada projeto, numa perspectiva de contribuir com a consolidação da intervenção. Os projetos terão um valor máximo em reais a ser fixado para um período de execução total do Programa de 02 anos para os projetos a serem realizados na parceria Petrobras - Comunidades Pesqueiras, cujo período se constitui na fase de instalação do empreendimento.

Busca-se com este trabalho fortalecer a autonomia e a sustentabilidade das ações, que é central para um processo de formação sustentável e que terão suas ações melhor discutidas na medida em que o PAPP esteja em uma fase avançada de sua implementação.

Por fim, esta etapa prevê um conjunto de atividades que serão definidas a partir da complexidade de cada projeto, numa perspectiva de contribuir com a consolidação da intervenção.

Vale ressaltar que se trata do acompanhamento de iniciativas que visam beneficiar uma coletividade, o que difere das práticas de acompanhamentos tradicionais de projetos focados na individualidade do investidor. Assim a prática da assessoria não se esgota na resolução de problemas deste campo organizacional da gestão “cooperativa”, mas, possibilita o estímulo à reflexão sobre o modo específico de gestão aplicado a este tipo de universo organizacional.

A atividade se desenvolverá numa perspectiva interdisciplinar, vez que: articula conhecimento teórico e prático, análise e intervenção organizacional contribui tanto para a formação humana, profissional, quanto para a formação de gestores. Aparece, assim, de modo original ao suscitar uma tripla natureza: técnico-profissional, acadêmico e popular.

7 - ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA

As comunidades pesqueiras abrangidas pelo programa foram definidas com base no Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira para implantação do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo.

Essa caracterização possibilitou uma melhor compreensão e qualificação da interferência da implantação do empreendimento nas comunidades da área de influência mapeada no EIA.

A área de atuação da frota pesqueira artesanal de cada comunidade em relação ao empreendimento foi considerada na definição de prioridade para intervenção e a interferência decorrente da instalação do empreendimento.

A análise de prioridade foi embasada nas informações coletadas desde fevereiro/2008 através do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira.

No Quadro 7.1 é apresentado a lista das comunidades decorrente da análise de prioridades para a implementação do Programa.

Quadro 7.1 - Lista das comunidades cuja frota pesqueira atua na área de instalação do gasoduto e suas principais características.

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ARTE DE PESCA	NÚMERO DE BARCOS	NÚMERO DE PESCADORES
Ilhabela	Saco do Indaiá	Espinhel Zangarelho Arrasto	Barcos a motor (18 a 60 HP)	12
	Ilha de Búzios (Porto do Meio e Pitangueiras)	Espinhel Cerco Zangarelho Linha Pote Mergulho Rede de espera boiada Rede de Fundo Corrico Arrasto	10 barcos a motor (de 18 a 60 HP) 80 canoas a remo (aproximadamente)	100
	Ilha de Búzios (Guanxuma)	Rede de espera boiada Rede de Fundo Espinhel Linha Mergulho Corrico Cerco	4 barcos a motor (B18 e B22)	Cerca de 12

(continua)

Quadro 7.1 (continuação)

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ARTE DE PESCA	NÚMERO DE BARCOS	NÚMERO DE PESCADORES
Ilhabela	Ilha da Vitória	Cerco Rede de espera boiada Pote Zangarelho Espinhel	4 barcos com casario (18HP) 15 canoas a remo.	Cerca de 20
	Sombrio	Lambratear Espinhel Corrico Rede de Espera boiada	3 bateras motorizadas 3 canoas a remo 1 barco a motor (2 cilindros).	Cerca de 5
	São Pedro (Praia do canal)	Rede de espera boiada Arrasto	02 barcos a motor (4 cilindros).	02
	Praia da Fome	Cerco Zangarelho Rede de fundo Rede boiada Linha	05 barcos a motor.	Cerca de 16
	Jabaquara	Linha Rede de espera Rede de fundo Rede de arrasto Cerco Zangarelho	1 canoa a motor 1 barco a motor.	01
	Guaxuma	Cerco	2 canoas a motor (11 HP) 4 barcos de 8 metros a motor (18 e 22HP).	Cerca de 08
	Saco do Eustáquio	Cerco Rede boiada Rede de fundo Linha Zangarelho Arrasto	4 barcos a motor (um com 115 HP).	6
São Sebastião	Figueiras	Arrasto Rede de cerco Linha	2 barcos a motor (18 e 85 Hp) 3 canoas a motor (B7 a B9).	10
	São Francisco	Arrasto Cerco Rede de cerco Rede de fundo Rede boiada Espinhel Linha Zangarelho Pote Caceia Mergulho	*	100
	Enseada	Rede de fundo Rede de cerco Rede boiada	10 barcos a remo 10 barcos a motor (4 Hp).	20

(continua)

Quadro 7.1 (conclusão)

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	ARTE DE PESCA	NÚMERO DE BARCOS	NÚMERO DE PESCADORES
São Sebastião	Portal da Cruz	Rede boiada Rede de fundo Linha Zangarelho Puçá Arrasto	2 canoas a motor 3 canoas a remo 1 chata.	05
Caraguatatuba	Porto Novo	Arrasto Linha Rede de fundo Zangarelho	8 embarcações com motores (18 a 45 HP).	12
	Camaroeiro	Arrasto Linha Rede boiada Rede de fundo Zangarelho	40 embarcações que embarcam no local (motor 8 a 160 HP)	120 (desembarcam no local)
	Massaguaçu	Rede boiada Rede de fundo Caceia Espinhel Linha	5 barcos com motores de 22 a 60 Hp 30 canoas	16 maricultores 10 pescadores
	Tabatinga	Caceia Arrasto	10 barcos	*
Ubatuba	Barra dos Pescadores (Mercado de Peixe)	Arrasto Rede de fundo Espinhel Linha	50 traineiras de 12 a 15 metros com motores de 18 a 45 Hp 150 barcos de arrasto com motor de 33 Hp.	300
	Ribeira	Arrasto Linha	30 traineiras com 15 a 20 e motor (115 a 350 Hp).	150 que desembarcam em média no local
	Picinguaba	Redes de emalhe de fundo e de emalhe de superfície Cercos Redes de tróia e de fundo costeira Zangarelho	Canoas, lanchas, baleeiras e barcos emalheiros de madeira.	50
	Maranduba	Rede de fundo Arrasto	40 barcos a motor e a remo.	Cerca de 40

8 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Avaliação de Aprendizagem

As tarefas de formulação dos programas são, às vezes, divorciadas das tarefas de implementação. Além disso, são pouco realizadas atividades de avaliação, o que dificulta a solução de problemas surgidos durante a sua implementação e, em geral, os problemas detectados não são analisados de modo que contribuam para o aprimoramento do programa e geração de conhecimento para futuros programas ou projetos. Mesmo quando os problemas são solucionados, as soluções são *ad-hoc* e não beneficiam outros programas presentes ou futuros.

A falta de uma cultura de avaliação, tanto processual quanto de resultados, ainda é bastante presente nos agentes promotores de programas e projetos inovadores.

O Programa de Ação Participativa para a Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades Pesqueiras da Área de Influência do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo parte de uma perspectiva interdisciplinar e participativa, articula conhecimento teórico e prático, análise e realiza intervenção organizacional, contribuindo para o desenvolvimento de competências para o exercício da gestão social e ambiental.

O Programa configurado desta forma pode constituir-se numa oportunidade de geração de conhecimento, por meio de análises que permitem um processo de aprendizagem que afira efetivamente a qualidade dos resultados e o avanço em futuras iniciativas do empreendedor.

Ou seja, uma avaliação que:

- ★ Obtenha, combine e compare dados de desempenho com um conjunto de metas escalonadas pelo Programa;
- ★ Responda questões sobre a eficácia/eficiência/efetividade do Programa;
- ★ Detecte eventuais falhas e afira os méritos do Programas durante sua implantação.

Assim, o objetivo deste processo avaliativo é conhecer, por meio de comprovação objetiva e sistemática, o andamento dos processos e o alcance dos resultados do Programa de Ação Participativa para a Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades Pesqueiras da Área de Influência do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo.

Espera-se como produto desta etapa a consolidação de uma metodologia de trabalho com comunidades localizadas no entorno de empreendimentos da Petrobras/UN-BS.

9 - RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados são transcritos a seguir:

- ★ Grupo Gestor Constituído;
- ★ Visão da Realidade Local Construída;
- ★ Propostas de Intervenção Formuladas;
- ★ Iniciativas de Educação Ambiental mapeadas;
- ★ Processos de Capacitação Realizados;
- ★ Projetos consolidados;
- ★ Propostas de intervenção financiadas e acompanhadas;
- ★ Aprendizados Gerados.

Considera-se que, a abordagem metodológica do PAPP, baseada em métodos participativos, envolvendo os atores locais no processo de construção dos projetos já se caracteriza como um indicativo de sustentabilidade desses projetos, uma vez que possibilita a apropriação dos mesmos pela comunidade. Outro aspecto a ser considerado, é a estratégia de intervenção do PAPP, que promove o fortalecimento e a organização social das comunidades.

10 - INTER-RELAÇÃO COM OUTROS PROJETOS

Este Programa de Ação Participativa para a Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades Pesqueiras da Área de Influência do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo contempla as recomendações da CGPEG/DILIC/IBAMA relativos aos seguintes projetos: Projeto de Educação Ambiental; Projeto de Comunicação Social; e Projeto de Monitoramento do Desembarque Pesqueiro.

11 - ATENDIMENTO A REQUISITOS LEGAIS E/OU OUTROS REQUISITOS

Este Programa atende ao artigo 1º da Lei 9795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, ao contribuir para uma consciência crítica e estimular o enfrentamento das questões ambientais e sociais na região de sua aplicação e às determinações apresentadas pela CGPEG/DILIC/IBAMA, durante as etapas antecedentes do processo de licenciamento do Projeto Mexilhão.

12 - CRONOGRAMA

No Quadro 12.1 – Cronograma de atividades (nos primeiros 2 anos), foi considerado o período de 24 meses para execução de todas as etapas do programa, sendo que as oficinas de DRPE serão concluídas em até 6 meses para as 22 comunidades.

Considerando o grande número de comunidades que participarão do PAPP (22 comunidades), faz-se necessário apresentar uma estratégia de trabalho de forma a diminuir o tempo despendido na primeira fase do projeto, ou seja, do diagnóstico a construção dos projetos, para cada comunidade, então propõe-se a execução desta etapa com o uso de duas equipes de trabalho que irão interagir com pequenos grupos assim subdivididos:

Equipe I

Grupo 1: Ilha dos Búzios (Guanxuma e Porto do Meio), Ilha da Vitória, Saco do Eustáquio, Guanxuma;

Grupo 2: Porto Novo, Camaroeiro, Enseada, São Francisco;

Grupo 3: Portal da Cruz, São Pedro (praia do canal), Sombrio, Figueiras.

Equipe II

Grupo 4: Saco do Indaiá, Praia da Fome, Jabaquara, Massaguaçu, Tabatinga;

Grupo 5: Barra dos Pescadores, Ribeira, Picinguaba, Maranduba.

A divisão dos grupos acima se encontra na ordem de início das atividades e estão dispostas em função da maior interface com o empreendimento, proximidades entre elas e características similares, conforme estabelecido pelo Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira. Cabe lembrar que cada grupo participará desta primeira etapa até a fase de reuniões devolutivas para posteriormente se iniciar o segundo grupo de comunidades e assim por diante.

Para o período que abrange o restante da vida do empreendimento, de cerca de 20 anos, terão como objetivo acompanhar e avaliar, por meio de comprovação

objetiva e sistemática, o andamento dos processos e o alcance dos resultados do Programa de Ação Participativa para a Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades Pesqueiras da Área de Influência do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo. A partir de encontros periódicos dos grupos gestores, e realização de reuniões devolutivas com as comunidades. Estas atividades se reportam, de forma genérica, à capacitação, acompanhamento dos projetos formulados e avaliação do programa. Estas atividades serão mais bem detalhadas e encaminhadas para avaliação da CGPEG após a fase de diagnóstico, uma vez que a natureza dos projetos formulados definirá as ações futuras.

O PAPP tem uma perspectiva de aprendizado contínuo, através do processo de acompanhamento e avaliação quando novas perguntas surgirão, gerando novas idéias, em novos contextos, com novas ações. A análise crítica do desempenho do programa poderá remeter a ações das etapas iniciais, já que o processo é de realimentação, conforme metodologia apresentada no item 6 deste documento, visando alcançar as metas definidas.

Quadro 12.1 - Cronograma das atividades (nos primeiros 24 meses)

ETAPAS	MESES																									
	1	*	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
I. MOBILIZAÇÃO																										
Visitas às Comunidades e Devolução das informações obtidas no diagnóstico do Projeto de Caracterização da Atividade Pesqueira.	■																									
Constituição dos grupos Gestores Locais		■																								
Capacitação dos articuladores locais em metodologias participativas		■	■																							
Seminários envolvendo todos os Grupos Gestores Locais		■		■																						
II. DRPE																										
Equipe 1 - (Grupos 1, 2 e 3)																										
Realização de Reuniões de Integração e análise de informação entre Programas/Projetos (Monitoramento do Desembarque Pesqueiro, Comunicação Social)		■		■																						
Realização de Oficinas de DRPE		■		■	■	■																				
Realização de Oficinas Devolutivas do DRPE		■					■																			
Equipe 2 - (Grupos 4 e 5)																										
Realização de Reuniões de Integração e análise de informação entre Programas/Projetos (Monitoramento do Desembarque Pesqueiro, Comunicação Social)		■		■																						
Realização de Oficinas de DRPE		■		■	■	■																				
Realização de Oficinas Devolutivas do DRPE		■					■																			
III. Elaboração e Gestão do Ciclo de Projetos																										
Realização de Oficinas		■							■	■																
Realização de Oficinas de Devolutivas		■							■	■																
IV. CONSTRUÇÃO DE CAPACIDADES																										
Realização de Seminários, Oficinas e Cursos de Capacitação		■								■	■															
V. ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS FORMULADOS																										
Negociação com comunidades dos projetos formulados		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Validação IBAMA		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Implementação dos Projetos		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
VI. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA																										
Reuniões de Avaliação Formativa do Programa		■																								
Elaboração do termo de referência para contratação de Avaliação Somativa Externa		■																								
Avaliação Externa		■																								
		*																								
	* Previsão de início das instalações de dutos em águas rasas: Agosto/2008.																									

13 - RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

A Petrobras, através da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Santos, é a responsável pela implementação do Projeto.

Endereço: Av. Conselheiro Nébias, 159 - 3º andar
Santos – SP – CEP 11.015-001
Telefones: (013) 3208 -7330. Fax.: (013) 3226 - 7710.

14 - RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

14.1 - Responsáveis pela Execução do Programa

A equipe de desenvolvimento do Programa de Ação Participativa para a Pesca - Projetos de Desenvolvimento Socioambiental com Comunidades Pesqueiras da Área de Influência do Projeto Mexilhão-Trecho Marítimo será formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento. Um programa inovador e da dimensão que está se propondo demanda na sua execução por uma Matriz de competência multidisciplinar, com profissionais com comprovada experiência em processos de mobilização social, diagnóstico, elaboração e gestão do ciclo de projetos desenvolvimento sustentável com ênfase na pesca, educação popular e avaliação.

Portanto, para a realização da primeira etapa do projeto deverá ser contratada uma equipe composta por profissionais com experiência comprovada em moderação e utilização de metodologias participativas, profissionais que tenham participado de processos de gestão do uso dos recursos pesqueiros e profissionais com experiência em educação ambiental no processo de gestão. Além de contar também com a participação de técnicos da Petrobras em todas as etapas do PAPP.

O detalhamento dos recursos humanos alocados nesta primeira etapa é mostrado a seguir:

Empresa Consultora (composição mínima para cada equipe de trabalho – I e II):

- 2 profissionais de nível superior, com experiência comprovada (através de acervo técnico ou declaração do contratante) em moderação e utilização de metodologias participativas, para condução das oficinas comunitárias;
- 2 profissionais de nível médio e/ou superior, com experiência comprovada em processos de gestão do uso dos recursos pesqueiros (mínimo 5 anos), para assessoria aos trabalhos de diagnóstico e construção das soluções/projetos;

- 1 profissional de nível superior, com formação e experiência em educação ambiental no processo de gestão (mínimo 2 anos), para assessoria aos trabalho de diagnóstico e construção das soluções/projetos;
- 1 profissional de nível superior na área de comunicação social, com experiência em trabalhos comunitários, para assessoria quanto aos aspectos de comunicação junto as comunidades.

A iniciativa prevê o envolvimento de pessoas da comunidade nas atividades do Programa. Espera-se que durante a etapa de Mobilização Social seja possível identificar pessoas com aptidão e interesse no desenvolvimento dos processos participativos para serem incorporadas a equipe de trabalho. Contudo, sabemos que para isto será necessário formular processos de capacitação focados no saber comunitário para prepará-las.

Este projeto será utilizado como termo de referência para contratação da equipe técnica.

14.2 - Responsáveis pela Elaboração da Proposta do Programa

	NOME	ÁREA PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	CADASTRO IBAMA
1	Ana Lúcia Bueno Freire	Ciências Físicas e Biológicas – Formação Pedagógica	LP9800269/DEMEC/RJ	58328
2	Paulo Fernando Rezende	Sociólogo	(*)	41948

Nota: (*) Especialista cuja profissão não possui Conselho de Classe

15 - BIBLIOGRAFIA

BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 Experiências Inovadoras no Meio Rural Gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BROSE, Markus. **Introdução à Moderação e ao Método ZOPP**. Recife: Capacitação, 1992.

CHAMBERS, Robert. **DRP, Cinco Años Despues Donde nos Encontramos?** Forest, Trees and People, 1995.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, **Manual Gestão do Ciclo do Projeto: Abordagem Integrada e Quadro Lógico**: Série Métodos e Instrumentos Para Gestão do Ciclo de Projetos, 1993.

CORDIOLI, Sérgio. **Enfoque Participativo: Um Processo de Mudança, Conceitos, Instrumentos e Praticas**. Porto Alegre: Gênesis, 2001

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento Participativo: Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 3ª edição, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUBAMBO, Cátia Wanderely. **Reforma do Estado e Capacidade de Gestão Pública nos Municípios Nordestinos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

NASCIMENTO, Antônio., FISCHER, Fernando. **Conhecendo o Baixo Sul**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2006.

NASCIMENTO, Antônio. **Desenvolvimento Local: Avaliação Formativa do Programa do Governo do Estado da Bahia - Faz Cidadão**. UFBA, 2001 (Tese de Mestrado).

NASCIMENTO, Antônio., FISCHER, Fernando., MASCARENHA, Carina. **“Modelo de Avaliação para o Gerenciamento por Programas do Plano Plurianual 2000/2003 do Governo do Estado da Bahia”**. Prêmio Fundação Luís Eduardo Magalhães, Salvador: 2001. mimeo.

NASCIMENTO, Antônio., FISCHER, Fernando., SOLEDADE, Roberta.
**Participação Cidadã no Meio Rural: Análise dos Conselhos Municipais no
Âmbito do Projeto Prorenda/DLS** Bahia Salvador: GTZ/CIAGS/UFBA, 2006.

PEREIRA, José Roberto e LITTLE, Paul Elliott. DRPE – **Diagnóstico Rápido
Participativo Emancipador: a base para o Desenvolvimento Sustentável
dos Assentamento da Reforma Agrária.** Brasília: CREA, 2000.

PINHO, J. A. Gomes de., SANTANA, M. Wanderley., CERQUEIRA, S. M.
Bandeira. **Gestão Públicas em Busca de Cidadania: Experiências de
Inovação em Salvador.** Organização e Sociedade. 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade.** São Paulo: Companhia
da Letra, 2000.

SCHOMMER, Paula Chies. **Comunidades de Práticas e Articulação de
Saberes na Relação Universidade e Sociedade.** FGV/EASP, 2005 (Tese de
Doutorado).

TORO A., José Bernardo e WERNER, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social:
Um Modo de Construir a Democracia e a Participação.** Brasília: Ministério
de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia legal, Secretaria de Rec.
Hídricos, Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior – ABEAS,
UNICEF, 1997.